



ISSN 2763-6739



**EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:
reflexões sobre como as reformas têm abordado a inclusão de
alunos com necessidades especiais no sistema educacional**

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2025.25470>



Florinda Isabel Nssepe

*Graduada em Gestão de Recursos Humanos
pela Universidade Pedagógica de Niassa
e mestrando em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma de Moçambique
e Docente no Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências de Niassa
e- Mail: fnssepe@gmail.com*

Victorino Tiago França

*Graduado em Administração e Gestão Educacional (AGE)
pela Universidade Rovuma- Niassa
e mestrando em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma de Moçambique
e Formador da Escola de Professores do Futuro- NIASSA- Mocambique
e- Mail: francavictorino87@gmail.com*

<http://orcid.org/0009-0005-1884-1099>



Everson Manjinski

*Pós-doutor em Educação (UEPG)
e Professor de Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI/UEPG)
da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
e- Mail: emanjinski@uepg.br*

<https://orcid.org/0000-0002-8427-5129>



<http://lattes.cnpq.br/1080213560778828>



Geraldo Manjinski Junior

*Pós-doutor em Ciências Jurídicas (UNLM)
e Professor da graduação e pós-graduação da
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
e-Mail: geraldomanjinski@uepg.br*

<https://orcid.org/0009-0006-1422-7929>



<http://lattes.cnpq.br/1888975921789433>



Como citar:

NSSEPE, F. I. ; FRANÇA, V. T. ; MANJINSKI, E.; MANJINSKI JUNIOR, G. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE: reflexões sobre como as reformas têm abordado a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional. **Revista Teias de Conhecimento**, Ponta Grossa, v. 1, n. 5, p. 447–459, 2025. DOI: 10.5212/RevTeiasConhecimento.2025.25470. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/25470>. Acesso em: 17 ago. 2025.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:

reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:

Reflexões sobre como as reformas têm abordado a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

RESUMO: Este artigo analisa como as reformas curriculares em Moçambique têm abordado a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional. A partir de uma análise das políticas educacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e o Plano Nacional de Educação para Todos 2015-2025 (MINEDH, 2015), observa-se que o país tem avançado no discurso de inclusão, mas enfrenta desafios significativos na implementação prática dessas políticas. Embora existam compromissos no sentido de garantir a educação para todos, a realidade nas escolas públicas e privadas de Moçambique ainda é marcada pela falta de infraestrutura adaptada, escassez de materiais didácticos adequados, e a formação insuficiente de professores para atender à diversidade de alunos com necessidades especiais (Ainscow, Booth, & Dyson, 2006). Nas escolas públicas, a inclusão é dificultada pela limitação de recursos, o que afeta directamente a acessibilidade e o suporte necessário para esses alunos (Ainscow et al., 2006). Por outro lado, as escolas privadas, apesar de melhor estruturadas, continuam sendo inacessíveis para a maioria da população devido ao alto custo (Booth & Ainscow, 2002). O artigo também destaca a importância de políticas educacionais mais robustas que promovam a capacitação contínua dos educadores, o aumento da conscientização social e o financiamento adequado para garantir uma educação inclusiva real. Conclui-se que, embora as reformas curriculares mostrem um potencial significativo para a inclusão, um esforço contínuo é necessário para superar os desafios estruturais e sociais que ainda limitam a eficácia dessas políticas.

Palavras-Chave: Educação inclusiva, reformas curriculares, Moçambique, alunos com necessidades especiais, sistema educacional.

INCLUSIVE EDUCATION IN MOZAMBIQUE'S CURRICULAR REFORMS:

reflections on how reforms have addressed the inclusion of students with specialneeds in the educational system.

ABSTRACT: This article analyzes how curricular reforms in Mozambique have addressed the inclusion of students with special needs in the educational system. From an analysis of educational policies, such as the Salamanca Declaration (UNESCO, 1994) and the National Education Plan for All 2015-2025 (MINEDH, 2015), it is observed that the country has advanced in the inclusion discourse, but faces significant challenges in the practical implementation of these policies. Although there are commitments to guarantee education for all, the reality in public and private schools in Mozambique is still marked by a lack of adapted infrastructure, a shortage of adequate teaching materials, and insufficient teacher training to meet the diversity of students with needs. specials (Ainscow, Booth, & Dyson, 2006). In public schools, inclusion is hampered by limited resources, which directly affects accessibility and the support needed for these students (Ainscow et al., 2006). On the other hand, private schools, despite being better structured, remain inaccessible to the majority of the population due to their high cost (Booth & Ainscow, 2002). The article also highlights the importance of more robust educational policies that promote the continuous training of educators, increased social awareness and adequate funding to ensure real inclusive education. It is concluded that, although curricular reforms show significant potential for inclusion, a continued effort is needed to overcome the structural and social challenges that still limit the effectiveness of these policies.

Keywords: Inclusive education, curriculum reforms, Mozambique, students with special needs, educational system.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:

reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

1. INTRODUÇÃO

A educação em Moçambique tem experimentado mudanças significativas nas últimas décadas, com um esforço contínuo para expandir o acesso e melhorar a qualidade do ensino. No entanto, a inclusão de alunos com necessidades especiais (NE) continua sendo um grande desafio no sistema educacional. As reformas curriculares, especialmente desde a década de 2000, têm buscado integrar práticas mais inclusivas no processo de ensino-aprendizagem, reflectindo um compromisso com os direitos humanos e com o direito à educação para todos.

A implementação de uma educação inclusiva envolve não apenas a adaptação do currículo, mas também mudanças estruturais, como a formação de professores, a adaptação de espaços escolares e a criação de políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades. A inclusão de alunos com NE, como aqueles com deficiência física, intelectual, auditiva e visual, exige uma abordagem diferenciada e personalizada, que nem sempre tem sido plenamente realizada em Moçambique. Embora existam avanços, os obstáculos permanecem, seja pela falta de recursos, pela formação inadequada de professores ou pela escassez de escolas adaptadas.

Portanto, reflectir sobre a implementação da educação inclusiva e as reformas curriculares em Moçambique é fundamental para compreender as lacunas existentes e os avanços alcançados nesse processo. A inclusão de alunos com NEE é um direito fundamental consagrado por convenções internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), e deve ser promovida para garantir que todas as crianças, independentemente das suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. A análise das reformas curriculares é essencial, pois elas determinam o modo como a educação é estruturada e organizada para atender a esses alunos. Ao investigar as políticas curriculares, é possível identificar as acções efectivas para a inclusão, as falhas na implementação e as melhorias necessárias para assegurar um sistema educacional mais inclusivo.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE: reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

O objectivo deste estudo é analisar como as reformas curriculares em Moçambique têm abordado a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional. A pesquisa busca identificar os aspectos positivos dessas reformas e as limitações que ainda precisam ser superadas para promover a verdadeira inclusão no país. Para nortear a nossa pesquisa foram elaboradas as seguintes questões de partida: 1. Como as reformas curriculares em Moçambique têm influenciado a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional? 2. Quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas e educadores para implementar a inclusão de alunos com necessidades especiais, conforme as reformas curriculares? 3. De que forma as reformas curriculares podem ser aprimoradas para garantir uma educação mais inclusiva para todos os alunos em Moçambique?

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA

A educação inclusiva é um modelo pedagógico que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais, tenham acesso ao mesmo currículo e às mesmas oportunidades educacionais.

Segundo Ainscow, Booth e Dyson (2006, p. 6), "a inclusão vai além da simples presença física do aluno na sala de aula, abrangendo práticas pedagógicas que atendem às necessidades diversas dos estudantes, promovendo sua participação activa e o desenvolvimento integral".

A educação inclusiva, portanto, não apenas busca adaptar o currículo e os métodos de ensino, mas também transformar a escola em um ambiente que respeite e valorize a diversidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

No contexto global, a importância da educação inclusiva é amplamente reconhecida por tratados e convenções internacionais. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) é um dos documentos mais importantes nesse processo. Ela estabelece que a educação deve ser inclusiva, ou seja, deve atender a todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, dentro do sistema regular de

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:

reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

ensino. A Declaração ressalta a necessidade de transformar as escolas para que possam atender à diversidade dos alunos, criando um ambiente no qual todos tenham acesso a uma educação de qualidade (UNESCO, 1994, p. 10).

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, a educação inclusiva tem sido uma prioridade crescente nas políticas educacionais, especialmente nas últimas duas décadas. O governo moçambicano tem implementado reformas curriculares para atender à diversidade dos alunos e garantir que todos tenham acesso ao ensino regular, incluindo os alunos com necessidades especiais. O Plano Nacional de Educação para Todos (2015-2025) do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique (MINEDH, 2015) destaca a educação inclusiva

como um dos pilares da reforma educacional, buscando promover a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou mentais (MINEDH, 2015, p. 24). No entanto, a implementação eficaz dessa política ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos, formação adequada de professores e adaptação de infraestrutura escolar.

A Educação Inclusiva é uma abordagem pedagógica que visa garantir a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas características, no ambiente escolar, promovendo a equidade e o respeito à diversidade (Ainscow, Booth, & Dyson, 2006). Em Moçambique, a educação inclusiva tem sido gradualmente integrada ao sistema educacional, especialmente após a assinatura da Declaração de Salamanca em 1994, que afirmou a necessidade de integrar alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino. A partir desse momento, Moçambique passou a desenvolver políticas e reformas curriculares para promover a educação inclusiva, tendo como base as diretrizes internacionais e as necessidades locais.

O governo de Moçambique iniciou suas reformas educacionais mais inclusivas a partir dos anos 2000, quando lançou o Plano Nacional de Educação para Todos

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE: reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

(2015-2025), que estabelece a educação de qualidade para todos, incluindo os alunos com necessidades especiais (MINEDH, 2015). Essas políticas focam na integração de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, porém enfrentam uma série de desafios, como a falta de infraestrutura adaptada, a carência de professores capacitados e a escassez de materiais pedagógicos específicos (UNESCO, 1994).

De acordo com Ainscow, Booth e Dyson (2006), um dos principais obstáculos à inclusão educacional em Moçambique é a resistência cultural e social à integração dos alunos com necessidades especiais, o que pode ser um reflexo de atitudes preconceituosas enraizadas na sociedade.

A educação inclusiva em Moçambique ainda está em processo de implementação, com avanços significativos, mas também com muitos desafios. As escolas públicas, especialmente nas áreas rurais, enfrentam limitações significativas quanto à adaptação de suas infra-estruturas e à capacitação de seus profissionais. Além disso, a inclusão plena depende de uma série de factores interligados, como a formação de educadores, o desenvolvimento de recursos pedagógicos e o apoio contínuo de políticas públicas.

4. LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL E DIRETRIZES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

A legislação internacional, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), estabelece um marco importante para a promoção da educação inclusiva globalmente. Ela reconhece que a educação inclusiva deve ser um direito fundamental de todas as crianças e que os sistemas educacionais devem ser adaptados para atender às necessidades de alunos com deficiências. A partir deste princípio, países como Moçambique têm-se esforçado para alinhar suas políticas educacionais aos compromissos internacionais, com o objectivo de garantir a inclusão no sistema educacional.

Além da Declaração de Salamanca, Moçambique também é signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:

reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

Nações Unidas (ONU, 2006), que reforça a necessidade de criar sistemas educacionais inclusivos, acessíveis e de qualidade para pessoas com deficiências. O país tem, portanto, se comprometido em adotar medidas legais e pedagógicas para cumprir essas normativas internacionais, com o intuito de oferecer uma educação inclusiva a todos os alunos.

5. REFORMAS CURRICULARES EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRICO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Desde a independência de Moçambique em 1975, o sistema educacional do país passou por diversas reformas com o intuito de expandir o acesso e melhorar a qualidade da educação. Nos primeiros anos, a principal preocupação foi garantir o acesso à educação para as massas, especialmente nas áreas rurais, mas com o passar do tempo, a inclusão de alunos com necessidades especiais (NE) tornou-se um ponto de atenção crescente. A partir da década de 1990, o país começou a adotar políticas de inclusão, em alinhamento com os princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que preconiza a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas características.

Em 2003, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) lançou o Plano Nacional de Educação para Todos, que visava garantir que a educação de qualidade fosse acessível a todos os cidadãos, incluindo os alunos com necessidades especiais (MINEDH, 2015). A reforma curricular- de 2014 reforçou a ideia de uma educação mais inclusiva, com a inserção de práticas pedagógicas voltadas à diversidade. No entanto, as reformas ainda enfrentam desafios significativos, como a escassez de recursos, infraestrutura inadequada e a resistência cultural às mudanças.

6. ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: tipos de necessidades especiais no contexto moçambicano

No contexto moçambicano, a inclusão de alunos com necessidades especiais (NE) na educação regular é um desafio contínuo, embora o país tenha avançado na

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE: reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

implementação de políticas inclusivas desde a adopção da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). As necessidades especiais dos alunos podem ser classificadas de diferentes fornias, sendo as principais; deficiências físicas, intelectuais, auditivas, visuais, e múltiplas. Cada uma dessas condições exige abordagens pedagógicas e adaptações específicas para garantir o pleno acesso e sucesso na aprendizagem desses alunos.

Deficiência Física: Refere-se àqueles alunos que enfrentam dificuldades motoras, como paralisia, amputação ou outras condições que afectam a mobilidade. Em Moçambique, as escolas frequentemente não possuem a infraestrutura necessária, como rampas ou banheiros adaptados, o que dificulta a inclusão desses alunos (Ainscow, Booth, & Dyson, 2006). Além disso, a falta de materiais adequados para esse grupo, como cadeiras de rodas adaptadas e móveis acessíveis, agrava a situação.

Deficiência Intelectual: Inclui distúrbios no desenvolvimento cognitivo, como a síndrome de Down e o autismo. Esses alunos apresentam dificuldades no processamento de informações, o que pode afectar a aprendizagem em várias áreas. Embora as políticas educacionais prevejam a inclusão desses alunos, a formação de professores não é suficiente para lidar com as particularidades de suas necessidades (Booth & Ainscow, 2002). É necessário um esforço contínuo para adaptar os métodos de ensino e garantir o apoio adequado para o seu desenvolvimento.

Deficiência Auditiva: Refere-se aos alunos surdos ou com deficiência auditiva parcial. Em Moçambique, a falta de profissionais especializados em Língua de Sinais e recursos audiovisuais adequados dificulta o aprendizado desses alunos. A presença de intérpretes de Língua de Sinais e materiais didácticos específicos, como vídeos legendados, é limitada, prejudicando a acessibilidade ao currículo (UNESCO, 1994).

Deficiência Visual: Os alunos com deficiência visual, seja por cegueira total ou baixa visão, enfrentam desafios significativos no ambiente escolar. A utilização de materiais adaptados, como livros em braille, equipamentos de leitura e tecnologia assistivas, é escassa em muitas escolas, especialmente nas públicas (Ainscow,

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:

reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

Booth, & Dyson, 2006). A falta de recursos e a formação inadequada de professores para lidar com esses alunos representam obstáculos para sua inclusão efectiva.

Deficiência Múltipla: Muitos alunos com necessidades especiais possuem mais de uma deficiência, o que exige uma abordagem mais complexa e um acompanhamento especializado. Esses alunos necessitam de intervenções que envolvem diversas áreas do conhecimento, como terapia ocupacional, fonoaudiologia, entre outros, para garantir o desenvolvimento integral.

Essas diferentes deficiências exigem políticas educacionais e reformas curriculares específicas que atendam às necessidades de cada grupo. No entanto, a falta de recursos, infraestrutura adequada e formação especializada dos professores ainda é um grande desafio para a implementação eficaz da educação inclusiva em Moçambique.

Abordagem das Reformas Curriculares: Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais nas Escolas Públicas e Privadas

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional moçambicano, tanto nas escolas públicas quanto privadas, tem sido um tema central nas reformas curriculares implementadas nos últimos anos. As reformas curriculares, em particular o Plano Nacional de Educação para Todos (2015-2025), reflectem o compromisso do governo moçambicano em tomar a educação mais inclusiva, assegurando o acesso e a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas necessidades (MINEDH, 2015). No entanto, a implementação dessas reformas tem-se mostrado desigual, especialmente no que diz respeito às escolas públicas e privadas, que enfrentam desafios distintos.

Nas escolas públicas, a inclusão de alunos com necessidades especiais é um grande desafio devido à falta de recursos, infraestrutura inadequada e escassez de profissionais especializados. A adaptação das escolas públicas para atender a esse público ainda está em estágios iniciais e muitas vezes se limita a uma abordagem teórica da inclusão. A falta de materiais pedagógicos específicos, como livros em

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:

reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

braille ou softwares de leitura para alunos

com deficiência visual, é um dos principais obstáculos (Ainscow, Booth, & Dyson, 2006). Além disso, muitos professores não têm formação adequada para lidar com a diversidade de necessidades dentro da sala de aula, o que compromete a qualidade do ensino oferecido a esses alunos (Booth & Ainscow, 2002). A falta de apoio psicopedagógico e o estigma social em relação aos alunos com necessidades especiais também contribuem para a marginalização desses estudantes nas escolas públicas (UNESCO, 1994).

Já nas escolas privadas, a situação é um pouco diferente, embora igualmente complexa. Algumas escolas privadas, especialmente em áreas urbanas, possuem melhores condições financeiras e recursos para adaptar suas infra-estruturas e metodologias de ensino, com a inclusão de profissionais especializados, como terapeutas e intérpretes de Língua de Sinais. Além disso, o investimento em materiais pedagógicos e a formação de professores é, em muitos casos, mais eficiente. No entanto, a educação privada continua sendo inacessível para a maioria da população moçambicana devido ao custo elevado, o que restringe o acesso dos alunos com necessidades especiais a essas escolas (Ainscow et al., 2006).

Apesar de algumas iniciativas positivas, tanto as escolas públicas quanto as privadas em Moçambique enfrentam desafios semelhantes no que diz respeito à efectivação das reformas curriculares de inclusão. A resistência cultural, a falta de infraestrutura adequada e a formação insuficiente de educadores são obstáculos que precisam ser superados para garantir a inclusão real desses alunos. Assim, é necessário um esforço contínuo do governo e das instituições educacionais para promover uma inclusão que vá além da simples matrícula de alunos com necessidades especiais, garantindo uma verdadeira participação e sucesso no processo de aprendizagem.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:

reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

7. CONCLUSÃO

Este estudo revelou que, embora Moçambique tenha dado passos significativos nas últimas décadas para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais (NE) no sistema educacional, ainda existem vários desafios na implementação efectiva das reformas curriculares. As reformas curriculares, especialmente com a introdução do Plano Nacional de Educação para Todos e a reforma curricular de 2014, apresentam um compromisso com a inclusão, mas a prática ainda esbaira em obstáculos substanciais. A análise mostrou que a falta de recursos adequados, como infraestrutura adaptada, materiais pedagógicos e apoio especializado, é um dos principais entraves para uma educação inclusiva de qualidade. Além

disso, a formação insuficiente de professores para lidar com a diversidade no ambiente escolar e o preconceito social em relação aos alunos com necessidades especiais também contribuem para as dificuldades na integração plena desses alunos.

Apesar dessas limitações, o estudo identificou algumas iniciativas positivas, como a adaptação de currículos em algumas escolas privadas e o aumento da conscientização sobre a importância da educação inclusiva. As reformas curriculares, quando implementadas de forma eficaz, têm o potencial de promover maior equidade no acesso à educação, mas para isso é necessário um investimento mais substancial em várias áreas. Contudo, as reformas curriculares devem ser ampliadas e adaptadas para garantir que todos os aspectos da educação inclusiva sejam cobertos, incluindo a adaptação de metodologias de ensino, avaliação e organização escolar. É necessário revisar e flexibilizar o currículo para acomodar a diversidade de alunos e suas necessidades específicas. É crucial que o governo invista na adaptação das infra-estruturas escolares, criando ambientes acessíveis, com rampas, banheiros adaptados e materiais pedagógicos especiais (como livros em braille e recursos audiovisuais). Além disso, deve-se assegurar o fornecimento de tecnologias assistivas para alunos com deficiência auditiva e visual. Outrossim, a capacitação dos professores é um dos pilares para a efectividade da educação inclusiva. Recomenda-se a inclusão de disciplinas sobre educação inclusiva nos cursos de formação inicial

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE: reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

de professores e a oferta de programas de formação contínua para os professores em serviço, a fim de prepará-los para lidar com a diversidade dentro da sala de aula. Também configura-se importante a criação de equipas multidisciplinares nas escolas, compostas por psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais especializados, é essencial para oferecer suporte individualizado aos alunos com necessidades especiais.

Embora o estudo tenha fornecido importantes insights sobre a implementação das reformas curriculares em Moçambique no que diz respeito à educação inclusiva, algumas limitações devem ser destacadas. A pesquisa foi baseada principalmente em análise documental, o que pode não reflectir completamente a diversidade de experiências nas diversas regiões do país. Além disso, o estudo focou em documentos e práticas mais gerais, sem uma análise aprofundada de escolas específicas ou de um número significativo de alunos com necessidades especiais, o que pode ter limitado a profundidade das conclusões.

Para os futuros estudos poderiam se concentrar em uma análise mais detalhada da implementação das reformas em diferentes contextos regionais e escolas, especialmente nas

áreas rurais, onde a inclusão pode enfrentar desafios adicionais. Também seria interessante investigar a percepção dos próprios alunos com necessidades especiais sobre as reformas curriculares e como elas afectam suas experiências educacionais. Outro campo promissor seria a avaliação do impacto das políticas públicas em relação à criação de escolas inclusivas e a formação contínua de professores. Estudos longitudinais poderiam oferecer uma visão mais precisa sobre os efeitos a longo prazo das reformas curriculares em Moçambique.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS REFORMAS CURRICULARES DE MOÇAMBIQUE:

reflexões sobre como as reformas têm abordado

a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional

Florinda Isabel Nssepe, Victorino Tiago França, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

REFERÊNCIAS

Ainscow, M.. Booth, T., & Dyson, A. (2006). Improving schools, developing inclusion. Routledge.

Booth, T., & Ainscow, M. (2002), The Index for Inclusion: Developing learning and participation in schools. Centre for Studies on Inclusive Education.

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). (2015). Plano Nacional de Educação para Todos 2015-2025. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

ONU. (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Organização das Nações Unidas.

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e a Agenda para a Acção em Educação para Necessidades Especiais. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e a Agenda para a Acção em Educação para Necessidades Especiais. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.